

A possibilidade de um diálogo ecumênico sobre maria: aproximações das tradições cristãs em torno da figura da Mãe do Senhor

Danilo Cardoso Fuzatto¹

Resumo: A Mariologia deu passos significativos nos últimos tempos. O impulso ao diálogo ecumênico, gerado pelo Concílio Vaticano II, incentivou um acesso às riquezas das tradições cristãs separadas do Ocidente. A pessoa da Virgem Maria, desta forma, pode ser compreendida, não obstante às divergências, a partir de elementos comuns entre os cristãos cujas formas de crer e celebrar se diferem. Sendo assim, este artigo deseja contribuir com algumas aproximações teológicas sobre Maria, as quais se desdobram na comunidade orante que crê e a considera como personagem intrinsecamente ligada ao Salvador. Para tanto, o presente artigo, através de uma

¹ Religioso-Presbítero da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus. Bacharel em Filosofia pela Faculdade São Luiz, Brusque-SC e Bacharel em Teologia pela Faculdade Dehoniana, Taubaté-SP. Esse artigo científico apresenta o resultado da pesquisa para o terceiro capítulo do trabalho de conclusão de curso de Teologia junto à Instituição já citada, avaliado e aprovado em junho de 2021, com o título *A presença de Maria no Culto litúrgico da Igreja: a Virgem Maria como sinal de unidade entre as tradições cristãs*, sob a orientação do Professor Dr. Pe. Mariano Weizenmann, SCJ.

pesquisa de cunho exploratório bibliográfico, procura aproximar o leitor de um possível diálogo ecumênico em torno da Mãe do Senhor.

Palavras-chave: Mariologia. Diálogo ecumênico. Mãe do Senhor.

Resumen: La Mariología ha dado pasos significativos en los últimos años. El impulso al diálogo ecuménico, obrado por el Concilio Vaticano II, ha incentivado acceder a las riquezas de las tradiciones cristianas separadas, en el Occidente. La persona de la Virgen, así, puede ser comprendida, a pesar de las diferencias, desde elementos comunes entre los cristianos, cuyos modos de creer y celebrar se muestran diversos. De este modo, este artículo anhela ser una contribución con algunos acercamientos teológicos sobre María, que se desdoblan en la comunidad orante que cree y la considera como un personaje profundamente ligado al Salvador. Para esto, el presente artículo, a través de una investigación exploratoria y bibliográfica, busca acercar el lector a un posible diálogo ecuménico sobre la Madre del Señor.

Palabras-clave: Mariología. Diálogo ecuménico. Madre del Señor.

Introdução

As reflexões sobre a Virgem Maria sempre ocuparam um lugar importante no ambiente teológico. As expressões de fé em torno de sua pessoa, se baseiam, em primeiro lugar, na tradição bíblica neo-

testamentária, o que, posteriormente, se desdobra na vivência celebrativa em torno da Mãe do Senhor. Sua pessoa e missão, segundo as comunidades cristãs primitivas, foram entendidas como aquela que soube confiar, orar e viver os desígnios divinos.

Mesmo que haja divergências no que se refere à sua pessoa e missão, torna-se possível, baseado em um estudo de textos deste âmbito, uma reflexão de natureza ecumênica em torno da figura da Virgem Maria. Deste modo, há de se considerar que as tradições cristãs, sobretudo as ocidentais, encontram nesse campo da teologia e da fé, critérios maduros para uma reflexão conjunta entre as Igrejas.

1. Princípios ecumênicos conciliares

Dada a breve introdução acima, o ponto de partida desta análise se dará em torno das considerações conciliares sobre a dinâmica que rege o diálogo ecumênico, para que, subseqüentemente, se aborde o entendimento das Igrejas cristãs sobre Maria, tanto em sua teologia, quanto em sua forma celebrativa.

Como se sabe, o Decreto *Unitatis Redintegratio* foi o texto que abordou de forma mais específica essa dimensão eclesial tão urgente e necessária. Assim se lê:

Resguardando a unidade nas coisas necessárias, todos na Igreja, segundo o múnus dado a cada um, conservem a devida liberdade, tanto nas várias formas de vida espiritual e de disciplina, quanto na diversidade de ritos litúrgicos, e até mesmo na elaboração teológica da verdade reve-

lada. Mas em tudo cultivem a caridade. [...] Por outro lado, é mister que os católicos reconheçam, com alegria, e estimem os bens verdadeiramente cristãos, oriundos de um patrimônio comum, que se encontram entre os irmãos separados de nós. [...] Nossa mente considera primeiramente aqueles Cristãos que, para a glória do Deus único, Pai e Filho e Espírito Santo, abertamente confessam Jesus Cristo como Deus e Senhor e único mediador entre Deus e os homens. Sabemos existirem não pequenas discrepâncias com respeito à doutrina da Igreja católica também sobre Cristo, Verbo de Deus encarnado, e sobre a obra da redenção e por conseguinte sobre o mistério da Igreja e sobre a função de Maria na obra da salvação.²

Na esteira desse pensamento, a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, ao refletir sobre os laços da Igreja católica com os cristãos não católicos, afirma com clareza que

Por muitos títulos a Igreja sabe-se ligada aos batizados que são ornados com o nome cristão, mas não professam na íntegra a fé ou não guardam a unidade da comunhão sob o Sucessor de Pedro. Muitos deles honram a Sagrada Escritura [...]. Mostram sincero zelo religioso. Creem com amor em Deus Pai Onipotente e em Cristo Filho de Deus Salvador. São assinalados pelo batismo no qual se unem a Cristo. [...] Não poucos dentre eles possuem mesmo o Episcopado, celebram a sagrada Eucaristia e cultivam a piedade para com a Virgem Mãe de Deus [grifo nosso].³

2 UR 4; 20.

3 LG 15.

Tal constatação é reafirmada por São João Paulo II quando, num apelo à unidade dos cristãos, expresso na Carta Encíclica *Ut Unum Sint*, convida-os ao discipulado vivido na unidade que, sem dúvidas, é um desafio comum a todo crente. Não obstante os desafios que atravessam os tempos em promover esta unidade, o Papa, aludindo ao texto conciliar acima exposto, afirma: “A mesma Constituição explicitou amplamente ‘os elementos de santificação e de verdade’ que, de modo distinto, se encontram e atuam para além das fronteiras visíveis da Igreja Católica [...]”.⁴

Ainda em relação à *Lumen Gentium*, é válido enfatizar que, mesmo consciente das divergências entre as tradições católicas e não católicas sobre Maria, na Obra salvífica, pela primeira vez, a Igreja dedica um capítulo inteiro (VIII) de um documento conciliar sobre Maria. O título – *A Bem-Aventurada Virgem Maria Mãe de Deus no Mistério de Cristo e da Igreja* – já remete à própria consciência eclesial que emerge dos padres conciliares e se torna matéria expressa da fé. Essa reflexão torna-se uma iniciativa providencial da Igreja que, desejosa do retorno às fontes escriturísticas e patrísticas, insere Maria no Mistério de Cristo e da Igreja. Sem negar sua importância, nem a colocar em lugar que nunca fora seu, a Igreja supera as posturas que, inclusive, geraram dissensões ao longo da história, entre católicos e protestantes.⁵

4 UUS 12.

5 Cf. Carlos Eduardo Garcia PEDROSO, *Maria nas Igrejas: Uma Leitura Ecumênica da Mariologia do Vaticano II (on line)*, 2017, p. 29-30, disponível em: <http://www.faculadadesaobento.com.br/files/pesquisas_26989419-03400026-6933-132018.pdf>, acesso em: 01 de maio de 2021.

Frente tais afirmações, nota-se que a Igreja, sobretudo guiada pelas reflexões pós-conciliares, sente-se responsável e se vê aberta ao diálogo com as outras tradições cristãs, principalmente a partir do patrimônio comum. Sem deixar de lado a hierarquia das verdades⁶ e os valores específicos da Igreja, os cristãos são motivados pelo Concílio a caminhar na unidade, sob o imperativo escriturístico e ecumênico, a saber: “Que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti; que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo creia que tu me enviaste” (Jo 17,21). Destacamos, novamente, a Exortação Apostólica *Marialis Cultus* que, tendo compreendido o grande ‘compêndio de teologia’ que é a Mariologia, devidamente equilibrada, exorta os fiéis ao exercício da comunhão na fé entre as tradições separadas. Nas palavras do Papa São Paulo VI,

Estamos conscientes de que existem não leves discordâncias entre o pensamento de muitos irmãos de outras Igrejas e comunidades eclesiais, e a doutrina católica

⁶ A hierarquia das verdades pode ser apresentada com o seguinte esquema: as ‘verdades sobre o fim’ (mistérios da Santíssima Trindade, de Cristo, da justificação, do reino futuro) e as ‘verdades referentes aos ‘meios’ (mistérios da Igreja, da Palavra de Deus e dos Sacramentos, da intercessão dos santos e de Maria, da oração, dos méritos, etc.). Essa hierarquia deve ser respeitada e conhecida pelas partes em diálogo e seu eventual esquecimento, como se atesta em algumas épocas da história, não só gera distanciamento dos fundamentos da fé, como dificulta o próprio diálogo ecumênico, gerando abusos e incompreensões (Cf. S. C. NAPIÓRKOWSKI, “Ecumenismo”, in Stefano de FIORES, *Dicionário de Mariologia*, 1995, p. 438).

‘acerca [...] da função de Maria na obra da Salvação’ (UR 20); e, por consequência, acerca do culto a prestar-lhe. Todavia, porque a mesma potência do Altíssimo que cobriu com sua sombra a Virgem de Nazaré (cf. Lc 1,35) age também no hodierno Movimento ecumênico e o fecunda, desejamos exprimir a nossa confiança em que a veneração da humilde Serva do Senhor, na qual o Onipotente fez grandes coisas (cf. Lc 1,49), se há de tornar, se bem que lentamente, não já um obstáculo, mas sim um trâmite e ponto de encontro para a união de todos os crentes em Cristo.⁷

A forma do autêntico culto à Virgem Maria também foi assunto abordado pelo Concílio e que, de certa forma, ecoou nas reflexões teológicas pós-conciliares. Não restam dúvidas de que as expressões maximalistas, sobretudo as oriundas da piedade popular em relação a Maria, no decorrer da história, favoreceram o aumento das dissensões e resistências à Mãe do Senhor, por parte de muitos cristãos. Sem reduzir a questão aos ‘efeitos colaterais’ desta devoção, há de se afirmar que “[...] a tomada de posição protestante contra o culto mariano e a mariologia católica não teve e não tem por objeto somente os abusos e os desenvolvimentos errados. Parece, antes, que os cristãos evangélicos estão amplamente convencidos de que o lugar e a importância do elemento mariano no interior da Igreja católica são vistos em seu conjunto como um desenvolvimento errado”.⁸ Sobre isso, as Igrejas precisam continuar seus diálogos e esclarecimentos, sempre alimentando suas argumentações com a Escritura e naquilo que lhes é comum.

⁷ MC 33.

⁸ Hans U BALTHASAR, von *et alii*. *op. cit.*, 1980, p. 72.

O que é censurado pelos evangélicos é uma espécie de exaltação da criatura, que, tornada participante do processo de justificação e de santificação, mediante o livre assentimento de sua vontade, dado, embora, dentro de um mistério de graça preveniente, diminuiria a absoluta pureza da senhoria e da transcendência de Deus, o único ao qual compete a glória. Maria, como é proposta no dogma católico, seria o ‘princípio, o protótipo e a essência’ dessa colaboração com a obra divina; e como essa ideia da cooperação com a Graça é também a base do valor que a teologia católica reconhece à Igreja, como mediação humana na qual se atualiza, no Espírito, a única mediação salvífica de Cristo, a Virgem Maria seria, ao mesmo tempo, o resumo da eclesiologia, o que a Reforma rejeita em nome da ‘*Scriptura sola*’ e da ‘*sola Gratia*’.⁹

Os chamados ‘elementos de unidade’ podem ser demonstrados através do testemunho bíblico no tocante a Maria, bem como nos desdobramentos de tais testemunhos ao longo da Igreja antiga. Assim, as definições dogmáticas dos primeiros séculos que, embora tenham sua centralidade na questão cristológica e trinitária, versam sobre a salvação e referem-se a Maria. Em outras palavras, a virgindade e a maternidade divina, expressões da *lex orandi* das primeiras comunidades, são patrimônio comum às tradições separadas que tem sua origem e razão de ser no contexto onde a Igreja se apresentava de modo indiviso.

⁹ FORTE, *op. cit.*, p. 136-137.

Porém, também é justo constatar que as Igrejas nascidas da Reforma, tem dificuldades em compreender a perpetuidade da virgindade de Maria que, como que um adendo ao dogma, a Igreja Católica aclama como parte integrante do mesmo.¹⁰

Como já acentuado, não obstante as diferenças em torno de Maria, as quais se dão basicamente pela compreensão distinta de seu papel e de suas prerrogativas, bem como no *modus celebrandi*, percebe-se claramente, ao recorrer a textos dos inícios do Movimento da Reforma, que Maria faz parte da vida eclesial das Igrejas cristãs reformadas. Segundo BALTHASAR, “[...] na área das igrejas e comunidades eclesiais da Reforma encontramos, desde o início e também em nossos dias, testemunhos notáveis de um culto mariano profundo e vivo. Mostram que também no protestantismo se está bem consciente do fato de que renunciar a Maria não significa renunciar a algo puramente periférico ou de pouca importância; ao contrário, significa perder um componente central e insubstituível do evangelho”.¹¹

1.1. Acenos mariológicos na teologia luterana

Muito embora seja difícil delinear toda a compreensão de Lutero sobre Maria, haja vista a falta de escritos sistemáticos que permitam essa visão global, tornam-se possíveis alguns acenos, sobretudo a partir de autores e fontes da tradição cristã luterana e de alguns esforços comuns entre eles e os cristãos católicos.

10 Cf. *Idem*, p. 134-135.

11 Hans U. BALTHASAR, *et alii.*, op. cit., 1980, p. 73.

O reformador Martinho Lutero (1483-1546), no ano de 1521, escreveu uma obra espetacular sobre o ‘Cântico de Maria’. Esta obra foi escrita ao duque João Frederico da Saxônia que, certa vez, o interrogara sobre como governar bem e de forma cristã seu povo. A resposta de Lutero, de imediato, foi o modelo da humildade e do serviço da Mãe do Senhor, expressos no seu cântico de louvor ao Criador pela obra que Ele fez à humanidade. No texto, por ele mesmo classificado como ‘humilde trabalho’, notam-se balizas amadurecidas para uma justa compreensão de Maria e seu sublime papel na vida de Cristo, o Verbo Encarnado. O Pastor luterano Nestor Paulo FRIEDRICH afirma: “Sim, ao cantar que o Senhor ‘derrubou do seu trono os poderosos’ e ‘encheu de bens os famintos’, Maria renunciou o poder na forma de Diaconia, assim como o Filho mais tarde atribuiria à sua missão: ‘eu vim para servir e não para ser servido’ (Marcos 10,45). Aí está a ética política! Mais que luterana, é a ética de Jesus”.¹²

Longe de exigir que a obra seja um ‘manual de mariologia luterana’, ela serve de referência aos cristãos de tradição luterana, seja no que diz respeito à compreensão de Maria e seu amor serviçal, seja no que tange ao modo de agir cristãmente. Trazendo à luz algumas intuições sobre a compreensão de Lutero sobre Maria, outro pastor luterano, Martin DREHER, recorda:

12 Nestor Paulo FRIEDRICH, *in* Martim LUTERO, *op. cit.*, p. 8, (apresentação da edição).

Maria é para Lutero modelo de vida cristã, que experimentou a justificação pela graça e fé. Neste seu escrito, Lutero redescobre uma imagem profundamente evangélica de Maria. Maria é a expressão de vida a partir do Espírito Santo. Ele é seu mestre. Ele ensina que Deus exalta os humildes e rebaixa os poderosos, abate os presunçosos e ergue os infelizes. Ele cria do nada, valoriza os que nada são [...]. Maria é exemplo da gratuidade do agir de Deus. [...] é exemplo do agir de Deus na história.¹³

Em linhas gerais, o que se vê na tradição luterana, sobretudo em seus inícios, não são especificamente menções rituais em torno de Maria. O que se encontram são afirmações que dizem respeito ao seu importante papel na Redenção que se baseiam somente na Sagrada Escritura. A partir dessa afirmação, percebe-se que o ponto de controvérsia entre as tradições cristãs está exatamente no que diz respeito aos dogmas, sobretudo os mais recentes. Porém, mesmo entre os dogmas que são aceitos de forma comum, há divergências de compreensão e interpretação. Nesse sentido, MURAD, ao falar sobre o dogma da maternidade divina, afirma que “historicamente, vários reformadores importantes aceitaram atribuir a Maria o título de *Theotokos*, mas rechaçaram o que os católicos chamam de maternidade espiritual. [...] A ‘fórmula da concórdia’ da Igreja Luterana, após a morte de Lutero, em 1557, diz: ‘nós cremos, ensinamos e confessa-

¹³ Martin N. DREHER, *in* Martim LUTERO, *op. cit.*, p. 11-12, (apresentação).

mos que Maria é justamente chamada Mãe de Deus e que o é verdadeiramente”¹⁴. Porém, há total rejeição da mediação materna de Maria, ligada à profissão de fé luterana onde somente Jesus é o mediador que atua de forma única e exclusiva, entre os homens e o Pai.¹⁵

Semelhante postura nota-se, também, em relação ao dogma da virgindade de Maria que é acolhida pela tradição luterana. Porém, apenas no que tange às suas explicitações na Escritura, onde ela é chamada ‘Virgem’ por mais de uma vez. O ponto em questão está entre os desdobramentos que o Catolicismo, à luz da Tradição, rejeitada pela vertente luterana, acolheu como partes integrantes do dogma – virgindade antes, durante e depois do parto - especialmente a perpetuidade da virgindade, o chamado *post partum*.¹⁶

Vale, ainda, destacar que Lutero e alguns outros reformadores foram defensores da virgindade de Maria, o que não impediu aos demais autores contemporâneos de contestarem tal afirmação. Nesse sentido, encontram-se belas e expressivas afirmações que refletem o pensamento do reformador: “Maria permaneceu virgem; pois depois de se sentir mãe do Filho de Deus, não desejou ser mãe de outro homem, mas permanecer nessa Graça”.¹⁷ A fim de evidenciar ainda mais a convicção da virgindade continuada da Mãe de Jesus, o reformador também cita José: “A José cabe uma grande honra diante de Deus. A ele foram con-

14 Afonso MURAD, *op. cit.*, 2012, p. 144-145.

15 Cf. *Ibidem*.

16 Cf. Clara TEMPORELLI, *op. cit.*, p. 100.

17 Martinho LUTERO *apud* José Cristo Rey GARCÍA PAREDES, *op. cit.*, p. 235.

fiados o Filho de Deus e sua Mãe. Assim, José é um carpinteiro, que atua como qualquer homem do povo e que trabalha em oculto. Mas ficou escrito para nós, para que saibamos que Cristo veio e que sua mãe foi virgem, embora sob o véu de esposa se ocultasse a virgem antes e depois do nascimento”.¹⁸

Por outro lado, o diálogo torna-se difícil sobre os dogmas da Imaculada Conceição e da Assunção de Maria aos céus. Afirma-se que esses dogmas, proclamados solenemente pelos respectivos pontífices¹⁹ fora de Concílios eclesiais, possuem a sua inspiração bíblica e não propriamente sua fundamentação. Na verdade, o que aconteceu foi um movimento que partiu do *sensus fidelium*, como já destacado em outro momento, ao ponto de a Igreja verificar sua plausibilidade e defini-los como matéria de fé.²⁰

18 *Ibidem*.

19 Através da Carta Encíclica *Ineffabilis Deus*, de 08 de dezembro de 1854, o Papa Pio IX, proclamou o dogma da Imaculada Conceição onde, entre as tantas referências, se afirma: “[...] a santíssima Mãe de Deus, a virgem Maria, em previsão dos merecimentos de Cristo Senhor redentor, nunca esteve submetida ao pecado, mas que foi totalmente preservada da mancha original e, por conseguinte, redimida da mais sublime maneira”. Quase um século depois, o Papa Pio XII, através da Constituição Apostólica *Munificentissimus Deus* (1950), proclamou o dogma da Assunção de Maria afirmando “[...] para glória de Deus onipotente que à virgem Maria concedeu a sua especial benevolência, para honra de seu Filho [...] pronunciamos, declaramos e definimos ser dogma divinamente revelado que a imaculada mãe de Deus, a sempre virgem Maria, terminado o curso da vida terrestre, foi assunta em corpo e alma à glória celestial” (Cf. Edson Luiz SAMPEL (org.), *Principais Documentos dos papas sobre Nossa Senhora: do beato Pio IX a Francisco*, 2017, p. 30-31; 97).

20 Cf. Lina BOFF, *op. cit.*, 2017, p. 164.

Em linhas gerais, pode-se considerar a teologia de Lutero, em relação a Maria, a partir de seis perspectivas: 1) Papel de Maria sempre visto em *relação à Cristologia*, sobretudo sua virgindade que é graças à redenção operada por Ele; 2) a *Maternidade* é a forma mais sublime de defini-la; 3) em relação ao tema da *eclesiologia* o autor afirma haver reciprocidade entre o destino de Maria e o da Igreja; 4) No que tange à afirmação de Maria como *imaculada* Lutero afirma ser uma ‘inútil discussão’, afinal, o que importa é que Cristo tenha nascido sem pecado; 5) sobre a *assunção* de Maria, Lutero não mostra interesse, pois, para ele é claro que Maria está junto de Deus e isso independe de proclamação dogmática; 6) a temática mais conflituosa está na *veneração* a Maria que Lutero rejeita, tendo em vista sua não aceitação da intercessão dos mortos obtida pela oração, sem negar, contudo, que Maria pela sua obediência e humildes, goza do prêmio eterno.²¹

21 Cf. GRUPO DE DOMBES, *Maria no desígnio de Deus e a comunhão dos santos*, 2005, n. 55-60.

1. 2. Expressão visível do esforço de diálogo: o Grupo de Dombes

No terreno comum do horizonte bíblico, o Grupo de DOMBES²² constrói um edifício fecundo no que tange à pessoa de Maria e seu papel no plano salvífico de Deus. O esforço conjunto entre os membros das tradições cristãs Católica e Luterana, permite uma amadurecida reflexão que visa resguardar o patrimônio comum da fé e aprender, primando pelo respeito, com aquelas afirmações e compreensões que não lhes são comuns.

22 O Grupo de Dombes, que passará a ser referido com a sigla GD, é uma iniciativa pioneira de diálogo ecumênico. Nascido na Abadia Cisterciense de Nossa Senhora de Dombes, na França, em 1937, bem antes do impulso ao diálogo ecumênico dado pelo Concílio Vaticano II, este Movimento surgiu sob a direção do Pastor suíço Victor Bäulin e do Padre Paul Couturier que desejavam se unir para oração e estudos comuns entre católicos e luteranos. Trata-se, em suma, de um grupo que atua com reuniões anuais e tem uma estrutura não-oficial e não-profissional, ou seja, agem sem um mandato específico de suas comunidades eclesiais, nem exercem cargos de teólogos propriamente ditos. Atualmente, o grupo é formado por 40 integrantes entre católicos e protestantes. Entre suas produções mais contundentes se encontra uma obra que representa uma novidade no diálogo católico-luterano que traz o título de *Maria no desígnio de Deus e a Comunhão dos santos*, de 1996 (cf. Lêda Ventura CARNEIRO, *Diálogo ecumênico sobre Maria: Um estudo teológico sobre a contribuição do Grupo de Dombes em aproximação com a Lumen Gentium (on-line)*, 2019, p. 55-59, disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/47088/47088.PDF>>, acesso em: 10 de maio de 2021.

Basicamente, a metodologia de trabalho deste Grupo se define a partir da dinâmica da ‘conversão das Igrejas’.

Esse método parte do reconhecimento pelos cristãos das próprias identidades confessionais como uma herança, que requer um discernimento à luz do Evangelho, para renunciar à dimensão pecadora e purificar o julgamento que cada Igreja faz sobre as demais. Assim, os valores positivos podem ser reconhecidos e conservados, uma vez que cada família confessional apresenta diversidades legítimas, capazes de contribuir para enriquecer a Igreja na sua pluriformidade. Por outro lado, compete a cada Igreja admitir que ainda existem elementos da tradição cristã que não é possível integrar ao seu próprio conteúdo e prática da fé. Por isso, a exigência da ‘conversão’ abrange e, ao mesmo tempo, transcende as famílias confessionais, pois todas são chamadas à busca comum de uma plenitude de verdade e de fidelidade. Abrindo-se mutuamente, podem deixar-se penetrar pelos valores que as outras possuem, sem, porém, perderem a originalidade de sua própria herança.²³

A partir do movimento de conversão e do resguardo da identidade eclesial, nasce o trabalho do Grupo em relação a Maria intitulado *Maria no desígnio de Deus e a comunhão dos Santos* (1997), tema que ainda não tinha sido abordado pelas Igrejas cristãs do Ocidente. Maria, outrora considerada como

23 *Ibidem*, p. 58.

elemento de divisão entre as tradições cristãs, de certa forma, começa a ser refletida a partir de uma nova ótica. Segundo o GD: “É preciso recordar com insistência que Maria jamais foi uma causa de separação entre as Igrejas. Ao contrário, ela se tornou vítima, até mesmo sua expressão exacerbada. Nela se polarizam e nela se refletem numerosos outros fatores de desunião”.²⁴

A dimensão bíblica é fundamental para um fecundo diálogo ecumênico, mas também fica claro no texto do GD, que o acurado exame histórico e doutrinal se mostra como uma ação favorável ao mesmo, oferecendo luzes para os irmãos de tradição luterana.²⁵ As ‘lições da história’, como aparece no primeiro capítulo da obra, sobretudo a partir dos pontos fundamentais do Credo cristão e da pregação da era apostólica no decorrer os primeiros séculos, permitem concluir que “para ter em Cristo uma fé ‘justa’, convém ter sobre Maria um olhar que não se desvia de seu Filho, mas pertence, ao contrário, à contemplação dos próprios mistérios de Jesus. [...] Jamais se deve dizer de Maria a menor coisa que seria incompatível com a honra do Senhor, isto é, com sua identidade de homem autêntico e de verdadeiro Deus”.²⁶

Sem descartar os ‘exageros mariais’, inclusive corrigidos pela Igreja Católica, que colocaram Maria em lugar que nunca fora dela, sobretudo em expressões de maximalismo devocional, o texto do

24 GRUPO DE DOMBES, *op. cit.*, p. 13, (apresentação).

25 Cf. CARNEIRO, Lêda Ventura. *op. cit.*, p. 61-62.

26 GRUPO DE DOMBES. *op. cit.*, n. 30.

GD se desenvolve abordando a pessoa de Maria no transcurso dos séculos. Como já destacado, as definições da maternidade e da virgindade de Maria não representam grandes obstáculos no diálogo, ao passo que os dogmas da Imaculada e da Assunção, mesmo lidos em seu contexto, apontam para dificuldades entre as tradições. Por isso, mesmo que Maria tivesse desde as origens da Reforma seu lugar relativamente importante, ela começa a perder a estima dos irmãos separados por questões polêmicas de cunho confessional.²⁷

Através de um estudo acurado da mariologia católica e da compreensão mariológica dos luteranos, o GD reconhece que houve um esforço significativo da Igreja Católica e sua reflexão doutrinal conciliar em inserir sua doutrina sobre Maria na Constituição dogmática sobre a Igreja, colocando-a, sem dúvidas, em submissão a Cristo, evitando que, posteriormente, surgisse uma nova onda de ‘maximalismo marial’. Claro que esta abordagem conciliar não dirime as divergências, sobretudo vistas a partir da ótica protestante. Em suma, não se pode afirmar a presença de uma ‘mariologia protestante’, muito menos uma devoção para com Maria. Porém, nota-se um reconhecimento da sua importância e de seu papel singular que se destaca pela humildade e obediência e, mais ainda, pelo seu louvor ao Criador expresso no *Magnificat*.²⁸

27 Cf. *Ibidem*, n. 39-52.

28 Cf. *Ibidem*, n. 110-114.

1.2.1. Presença marial discreta no culto luterano

As tradições cristãs, mesmo após a separação histórica, mantiveram o costume de se reunirem, cada qual a seu modo, para celebrar a memória do Senhor. Sempre em torno da Palavra de Deus, os cristãos se agruparam formando e criando assembleia litúrgica para ouvir, ceiar e render graças ao Senhor pelos benefícios recebidos. Nesse sentido, já na apresentação do *Livro de Culto Luterano* se lê: “Por que nos reunimos em culto? Confiamos na promessa de Jesus Cristo de estar presente onde duas ou três pessoas estão reunidas em seu nome (Mt 18.20). O Espírito Santo fortalece a comunhão no encontro com outras pessoas [...]. Pelo sacramento da ceia do Senhor une-nos no mistério do corpo de Cristo, fortalecendo-nos para a missão de servir a Deus e ao próximo”.²⁹

Percebem-se muitas semelhanças estruturais³⁰ no culto litúrgico, sobretudo da Ceia do Senhor, entre a tradição luterana e os elementos que compõem

29 IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL, *Livro de Culto (on-line)*, 2020, disponível em: <https://www.luteranos.com.br/conteudo_organizacao/celebracao-liturgia/livro-de-culto-2>, acesso em: 10 de maio de 2021, p. 5.

30 Sobre tais características, mesmo que sumárias apresentadas na pesquisa, utilizou-se como referencial o próprio *Livro de Culto Luterano* já citado e seus esquemas celebrativos, fruto do esforço de liturgistas e teólogos desta tradição que, mesmo admitindo as variantes celebrativas existentes entre os luteranos espalhados pelo mundo, adotaram essa forma como uso comum, sobretudo no Brasil.

a Santa Missa dos católicos. Palavra e Ceia são o resumo da concepção celebrativa da tradição luterana. Tomando como base um dos pilares da sua fé – *sola scriptura* – destaca-se o elemento da Palavra de Deus presente de modo significativo no referido culto. Precedida pela ‘Liturgia de entrada’, com seus hinos e orações próprias, esse momento cultual é composto por leituras veterotestamentárias, hinos, salmos, leitura neotestamentária, prédica, profissão de fé e demais preces memoriais. Na sequência, nota-se a chamada ‘Liturgia da Ceia do Senhor’, onde, além das variações próprias, consta uma ‘Oração Eucarística’ em estrutura verossímil à utilizada pela tradição católica romana.

Apreciando a forma de celebração luterana em torno da Palavra e da Eucaristia, enquanto comunidade reunida em nome do Senhor, percebe-se que, de certa forma, tudo o que vem mencionado em suas fórmulas e orações também está intimamente relacionado com o louvor a Deus – *Soli Deo gloria*. Como já destacado pelo GD que não é possível afirmar uma ‘mariologia protestante’, também se pode dizer o mesmo em relação a um culto específico tributado a Maria. Entretanto, sobretudo no século XX, observa-se no meio protestante um crescente e maduro interesse pela pessoa de Maria, o que fez com que, em muitas localidades, sobretudo na França, ela recebesse um lugar destacado. Resguardando o puro fundamento na Escritura, o GD destaca:

Nota-se uma evolução nesse sentido nas liturgias, cantos e catecismos das Igrejas luteranas e

reformadas na França, do fim do século XIX a nossos dias. [...] A partir dos anos 1960-1970, a renovação da cristologia protestante de uma parte e o movimento ecumênico de outra levam a multiplicar nos cantos e na liturgia as referências a Maria. [...] É particularmente nos tempos do Advento e do Natal, bem como nos textos eucarísticos [grifo nosso] e de adoração, que Maria é citada e inserida na comunhão das testemunhas de todos os tempos e de todos os lugares.³¹

Assim, tomando como referencial essa abertura eclesial da tradição luterana em relação a Maria, torna-se possível, excluindo toda generalização descharacterizante em matéria de fé, mostrar nesta pesquisa a menção, embora discreta, da Virgem Maria presente no mistério do Natal de Nosso Senhor Jesus Cristo. É possível identificar tal menção no momento denominado ‘Liturgia da Ceia do Senhor’ na qual se desenvolve a narrativa *anamnética* regida por uma série de invocações – equivalentes aos *comunicantes* da liturgia católica. Desta forma, encontra-se, mais especificamente na liturgia da véspera de Natal, no momento da oração eucarística, a seguinte menção: “Tu nos enviaste Jesus, teu Filho. Ele se tornou uma criança, nascida de Maria. Alegrou e libertou pessoas. Ele também nos compreende. Nós te adoramos. Nós te louvamos: Aleluia!”³² Maria também aparece, citada com a mesma expressão, relacionada à Encar

31 GRUPO DE DOMBES, *op. cit.*, n.116-118.

32 IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL, *op. cit.*, p. 111.

nação, na Oração Eucarística do 22º Domingo após Pentecostes.³³

Como afirmado, a referência a Mãe do Senhor é discreta, mas torna possível a leitura de que, sem dúvidas, os irmãos luteranos, não obstante as divergências com a fé católica, conservam a importância de Maria e que o problema consiste em vê-la separada de seu Filho Jesus Cristo e não o contrário. Além dessa discreta menção, Maria aparece referida também em algumas orações, monições, propostas de *Kyrie* e *Credo*³⁴, o que não torna possível afirmar um culto mariano, bem como não permite excluir a Mãe de Jesus totalmente desta expressão religiosa que tem sua caminhada teológica e torna sua experiência celebração constante.

1.3. Acenos mariológicos na tradição anglicana

As tradições católica e anglicana, mesmo separadas em quesitos sobre a forma de expressar a fé,

33 Cf. *Ibidem*, p. 196.

34 Maria aparece referida nos seguintes momentos celebrativos: Confissão de Fé (nas palavras *Creio em Jesus Cristo, Filho de Deus, nascido de Maria de Nazaré [...]*) Acolhida (costura no tempo do Advento); Proposta cênica para a prédica, Oração geral da Igreja e Oração Eucarística (Véspera de Natal); Monição para o cântico do Glória e opção de *Kyrie* (Dia de Natal); Oração Eucarística (22º Domingo após Pentecostes); Oração da Liturgia de entrada no culto da noite (Dia dos Pais); Oração Eucarística para culto familiar; Sugestão de Oração conclusiva do Rito da Luz (Cultos noturnos). Todas essas citações se encontram no *Livro de Culto luterano* já referenciado noutras notas desta pesquisa.

encontram paralelos e formas comuns de abordar e, ainda mais, de celebrar a Mãe do Senhor. Para além dos detalhes históricos minuciosos, sabe-se que a Igreja Anglicana tem sua origem na calorosa discussão entre o papado romano e as lideranças religiosas e políticas do parlamento inglês, sobretudo em relação às questões pessoais do rei Henrique VIII (1491-1547) que pleiteava o seu divórcio com Catarina de Aragão. Nessa polêmica, em 1534, o rei proclama a supremacia da Igreja inglesa e firma seu rompimento com Roma e o papa. No desenvolver da história, surgem os ‘Doze artigos’, elaborados e publicados em 1536 sob a direção de Thomas Cromwell, semelhantes às requisições luteranas. Anos mais tarde, em 1549, sob a direção do rei Eduardo VI, filho de Henrique VIII, começou uma sistematização do credo anglicano e de sua forma própria de celebrar. Assim, nasce o *Book of common prayer* (BOCP) sob o intuito de unificar na oração e na profissão de fé a referida Igreja.³⁵

Vamos, pois, à questão mariológica. Segundo o Reverendo Luiz Caetano Grecco TEIXEIRA, OST, “Falar da posição que a Virgem ocupa no pensamento anglicano é diferente de falar da posição protestante em relação a Maria, porque, esta é minha convicção, não podemos reduzir o Anglicanismo ao Protestantismo. A Igreja Anglicana é uma Igreja reformada, sim, mas é também herdeira da legítima Tradição Católica e Apostólica. [...] talvez o que melhor caracterize a

35 Cf. René LAURENTIN, *É impossível ser fiel à Escritura e não levar Maria a sério (on-line)*, 2005, disponível em: <http://www.30giorni.it/articoli_id_10037_16.htm>, acesso em: 12 de maio de 2021.

identidade anglicana seja a unidade na diversidade”.³⁶

No que se refere ao perfil identitário da Igreja Anglicana, percebe-se a abertura à pluralidade, ou seja, a unidade que acontece em função da diversidade de pensamentos e formas de inculturar a fé, dado que a presença desta expressão cristã se encontra difusa em várias culturas e localidades do mundo. Assim, “Fica difícil, [...] afirmar uma doutrina anglicana específica, até porque é estranho ao Anglicanismo uma ‘doutrina teológica oficial’. A diversidade e a inclusividade anglicanas não significam uma frouxidão doutrinária, [...]. Pelo contrário, [...] são, exatamente, o testemunho especial deste ramo cristão para a esperança ecumênica”.³⁷ A partir dessa categorização, entende-se que o mesmo valha para a mariologia que, para alguns compõe matéria de intensa devoção e profunda espiritualidade, mas, para outros, a questão em torno da Mãe do Senhor não tem relevância teológica.³⁸

Sem descartar tal diversidade, é possível um ‘denominador comum’ quando assunto em pauta é a pessoa de Maria. Ela é reconhecida especialmente como a Mãe de Deus – *Theotokos* – de acordo com as profissões de Éfeso e Calcedônia e o Credo da antiguidade cristã. Também é uma assertiva anglicana aquilo que já foi mencionado nessa pesquisa, a saber, tais proclamações dogmáticas versam sobre a real Encarnação do Verbo e expressam a verdadeira fé da Igreja contra as teses arianas e nestorianas que colo-

36 Luiz Caetano G. TEIXEIRA, “A Bem-Aventurada Virgem Maria no Anglicanismo” in *Grande Sinal*, revista de espiritualidade 53 (1999), p. 135-136.

37 *Ibidem*, p. 136.

38 Cf. *Ibidem*.

cavam em dúvida tal realidade.³⁹

O que retorna ao centro da discussão, embora um pouco mais amena do que com a tradição luterana, é, novamente, a questão sobre os dois últimos dogmas marianos – Imaculada Conceição e Assunção de Maria aos céus – que, de certa forma, constituem prerrogativas para que a Igreja Católica a invoque como ‘mediadora de todas as graças’. Contudo, mesmo diante desse ‘obstáculo’, a comunhão anglicana reconhece o papel fundamental de Maria na história da salvação e a reconhece como uma pessoa especial aos olhos de Deus que, vivendo cheia de fé, abriu-se ao ato de Deus, cedendo um lugar único para sua atividade entre os homens. “Neste sentido ela é bem-aventurada, altamente favorecida, e como tal será sempre lembrada, onde o Magnificat for lido e entoado para uma espécie de anamnese da graça, da misericórdia, do poder e da sabedoria de Deus em Cristo”.⁴⁰

Após uma caminhada histórica de reaproximação e diálogo, pode-se dizer que

Através do diálogo, anglicanos e católicos romanos têm aprofundado sua compreensão comum de Maria no plano da salvação e na vida da Igreja. É precisamente porque a Igreja Católica viu o padrão da graça divina em ação em Maria desde a sua concepção até ela ser recebida na glória que ela chegou a definir a Imaculada Conceição e a Assunção como dogmas. Resta ver como no contexto de uma Igreja visivelmente unida, essas doutrinas seriam afirmadas na confissão de uma fé comum.⁴¹

39 Cf. *Ibidem*, p. 141-142.

40 *Ibidem*, p. 143.

41 COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA O ECUMENISMO E O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO, *Crescer juntos*

1.3.1. Expressão visível do esforço de diálogo: a ARCIC

No decurso dos tempos, também impulsionados pelo incentivo e abertura pós-conciliar para o diálogo ecumênico, cristãos católicos e cristãos anglicanos se uniram em reflexões acerca do que lhes é comum, bem como ao que os diferencia em matéria de fé. Nesse sentido, assim como o GD representa um grande ponto de contato entre católicos e luteranos, a Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana (ARCIC), apresenta um frutuoso trabalho mariológico entre as referidas tradições. Trata-se do Documento *Maria: Graça e Esperança em Cristo*.⁴²

No texto da Declaração, já no início, afirma-se: “Ao honrar Maria como Mãe do Senhor, todas as

na Unidade e na Missão, 2010, n. 91.

42 O Documento, fruto de um sério e respeitoso diálogo ecumênico, é uma Declaração conjunta entre a Igreja Católica romana e a Igreja Anglicana. Reunida em Seattle, a Comissão redigiu o texto e, depois de tê-lo submetido ao Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos e ao Conselho Consultivo Anglicano, foi publicado para o conhecimento dos fiéis de ambas as Igrejas. Esse Documento encerrou a segunda fase de trabalhos das referidas organizações que, em 1982 sob o estímulo do Papa João Paulo II e do Arcebispo Robert Runcie, também já tinham publicado outros 4 importantes Declarações, a saber, *Salvação e Igreja* (1987), *A Igreja como comunhão* (1991), *Vida em Cristo* (1994) e o *Dom da autoridade* (1999) (Cf. ECCLESIA, *Católicos e Anglicanos chegam a acordo sobre a figura de Maria*, disponível em: <<https://agencia.ecclesia.pt/portal/catolicos-e-anglicanos-chegam-a-acordo-sobre-a-figura-de-maria/>>, acesso em: 15 de maio de 2021.

gerações de anglicanos e católicos romanos têm repetido a saudação de Isabel: ‘Tu és bendita mais do que todas as mulheres; bendito é o fruto do teu ventre!’ (Lc 1,42)”⁴³ sentença essa que, de antemão, já permite compreender onde se pautará o diálogo, ou seja, na fonte comum que é a Escritura, o que não descarta ou despreza os dados da história e do *sensus fidelium*.

Perpassando toda a trajetória bíblica que se refere à presença de Maria na vida de seu Filho, Jesus Cristo, o texto discorre sobre as temáticas mariológicas que já são de conhecimento e consenso teológico. Esse mesmo itinerário, embora com conteúdo mais reduzido, é percorrido nos caminhos da tradição patrística onde, especialmente em relação à maternidade divina, ambas as tradições são concordes e professam, por causa de Cristo, a *Theotokos*. Esse caminho, porém, se abre e, de certa forma, se rompe com a unidade quando, sob o poderoso impulso das devoções mariais que conferiram um *status* triunfal e maximizaram a figura da Virgem Maria, aliando-a, sobretudo, ao poder temporal.⁴⁴ Por isso, se afirma que a “[...] prática da devoção a Maria e a invocação dos santos fazem parte da vida devocional católica normal, mas permanecem pouco familiares, até estranhas, a muitos anglicanos. Precisamos de mais diálogo e compreensão mútua”.⁴⁵

Assim sendo, a comunhão anglicana reco-

43 COMISSÃO INTERNACIONAL ANGLICANO-CATÓLICA ROMANA, *Maria: graça e esperança em Cristo*, 2004, n. 1.

44 Cf. *Ibidem*, n. 6-43.

45 COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA O ECUMENISMO E O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO, *op. cit.*, n. 92.

nhece também neste texto, o esforço da parte católica, sobretudo quando, em Concílio, dedica um capítulo de sua *Constituição Dogmática Lumen Gentium* ao papel de Maria, inserindo-a no Mistério de Cristo e da Igreja. Reconhece a clarificação e o esforço que deve fazer, motivada pela publicação da *Marialis Cultus*, do Papa Paulo VI, em promover um culto cristocêntrico que considere Maria como membro efetiva e especial da Igreja de Cristo, sem considerá-la isolada do Mistério da Salvação.⁴⁶

A partir dessa consideração, o texto busca uma afirmação comum sobre Maria, como exemplo de graça e esperança, como sugere o título do Documento. Em linhas gerais, Maria é considerada, em comum acordo, como “[...] aquela que deu à luz o Cristo, a eleita de Deus. [...] incorpora o ‘Israel eleito’ [...]. Este é o modelo de graça e esperança que vemos atuando na vida de Maria, que tem lugar especial no destino comum da Igreja como aquela que deu à luz, em sua própria carne, o ‘Senhor da glória’. Maria é marcada desde o início como a escolhida, chamada e agraciada por Deus através do Espírito Santo [...]”⁴⁷. Por ser modelo de tais dimensões da fé, ela pode ser considerada como símbolo da Igreja e como verdadeira discípula que precede os demais discípulos e ocupa lugar especial na economia salvífica.⁴⁸

Contudo, a questão ainda fica em aberto, mesmo que de forma amena, em relação aos dogmas

46 Cf. COMISSÃO INTERNACIONAL ANGLICANO-CATÓLICA ROMANA, *op. cit.*, n. 50.

47 *Ibidem*, n. 54.

48 Cf. *Ibidem*, n. 57.

de 1854 e 1950. Vale transcrever o texto de comum acordo, entre ambas as tradições:

Concordamos, juntos, que o ensinamento sobre Maria nas duas definições de 1854 e 1950, compreendidas dentro do modelo bíblico da economia da graça e da esperança, delineada aqui, pode ser entendido consoante o ensinamento das Escrituras e das antigas tradições comuns. Entretanto, na compreensão católico-romana, como expressa nessas duas definições, a proclamação de qualquer ensinamento como dogma implica que o ensinamento em questão foi ‘revelado por Deus’ e, por esta razão, deve ser acreditado ‘firme e constantemente’ por todos os fiéis [...]. O problema que os dogmas podem apresentar para os anglicanos pode ser expresso nos termos do Artigo VI: A Sagrada Escritura contém tudo o que é necessário para a salvação; desse modo, qualquer coisa que não seja lida aí, nem seja provada por meio dela, não é para ser requerida de nenhum homem, que seja aceita como artigo de fé, nem tida como requisito ou necessidade para a salvação. [...] a dúvida surge para os anglicanos, no entanto, se tais doutrinas a respeito de Maria foram reveladas por Deus, de maneira que possam ser consideradas pelos fiéis como assunto de fé.⁴⁹

Por fim, nessa caminhada conjunta, o Documento se debruça sobre o papel de Maria na vida da Igreja, mais especificamente no que diz respeito à temática da intercessão. Para além das divergências,

⁴⁹ *Ibidem*, n. 60.

afirma-se, em primeiro lugar, a mediação única de Cristo, a qual traz frutos para a vida da Igreja e não dirime a prática de pedir a intercessão de Maria ou dos Santos que, embora não seja uma prática de toda a comunhão anglicana, também está presente em determinadas ações da mesma. À guisa de conclusão, o que se deseja preservar é a mediação de Cristo que não deve ser obscurecida pelo papel de Maria e que as eventuais considerações sobre ela estejam sempre concordes com Seu Filho e a Igreja, da qual Ele é Senhor para a glória de Deus Pai.⁵⁰

1.3.2 Acenos sobre Maria em relação à Eucaristia

No que se refere à prática celebrativa da Igreja Anglicana, sobretudo em relação à Eucaristia, notam-se ainda mais semelhanças com relação ao modo de celebrar a Missa Católica. Para além das especificidades e das digressões sobre a estrutura da Missa Anglicana, o que se pretende mostrar é como Maria aparece mencionada nesta tradição cristã que, de antemão, convém destacar, é abundante e digna de nota. Ademais, “A Igreja Anglicana é uma Igreja litúrgica, e isso dá ao anglicanismo um caráter especial de senso comunitário. É a Liturgia que expressa melhor o sentido de unidade da Igreja. E aqui podemos encontrar uma situação de consenso em relação à Virgem Maria”.⁵¹

50 Cf. *Ibidem*, n. 75-76.

51 Luiz Caetano G. TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 136-137.

As Igrejas partilham reflexões maduras sobre o patrimônio comum da fé, sem descaracterizar o modo próprio de cada expressão cristã que se dispõe a tal diálogo. Nesse sentido, pode-se destacar novamente o trabalho da ARCIC que dedica um documento à Eucaristia - *Declaração comum Anglicano-Católica sobre a Doutrina Eucarística*. O referido texto, acolhido por ambas as tradições, encontra sua explicitação sintética na Declaração comum, também já referida nessa pesquisa. Por isso, em relação à forma concorde em torno da Eucaristia, se expressa em:

Concordamos que a Eucaristia é o memorial do Cristo crucificado e ressuscitado, da obra completa da reconciliação que Deus nele realizou. Por memorial, tanto anglicanos como católicos entendem não somente uma lembrança do que Deus fez no passado, mas uma efetiva proclamação sacramental, que através do Espírito Santo torna presente o que foi realizado e prometido de uma vez por todas. [...] Portanto, é possível dizer que ‘a Eucaristia é um sacrifício no sentido sacramental, desde que fique claro que não se trata de uma repetição do sacrifício histórico’. [...] Anglicanos e católicos creem na presença real de Cristo na Eucaristia que [...] não depende da fé individual do crente, mas do poder do Espírito Santo, que a Igreja invoca na liturgia a fim de receber o real dom do próprio Senhor. [...] ‘O pão e o vinho se tornam o corpo e o sangue sacramental de Cristo para que a comunidade cristã possa se tornar mais verdadeiramente o que ela já é, o corpo de Cristo’. [...] reconhecem que há uma

ligação intrínseca entre a partilha da Eucaristia e a plena comunhão eclesial [...].⁵²

Em relação à compreensão distinta,

[...] divergem a respeito da maneira como isso é expresso no caminho para a plena comunhão. Portanto, as Igrejas da Comunhão Anglicana e a Igreja Católica Romana têm diferentes normas disciplinares para a partilha eucarística. A Igreja Católica entende a partilha eucarística com aqueles que ainda não estão em plena comunhão eclesial como algo excepcional, limitado a casos particulares de necessidade espiritual. [...] As províncias anglicanas regularmente admitem à comunhão os fiéis batizados que são membros comungantes de outras comunidades cristãs. [...] Adoração de Cristo no sacramento assim preservado é encorajada pela Igreja Católica Romana. Embora isso seja também praticado em algumas Igrejas anglicanas, há anglicanos que encontrariam dificuldades nessas práticas devocionais porque temem que elas obscureçam o verdadeiro objetivo do sacramento.⁵³

A partir desses breves acenos, permite-se, agora, expor as menções a Maria na forma celebrativa anglicana. Assim sendo, a partir do pensamento deste autor, recordamos que “embora o calendário e o lecionário incluam festas marianas, ‘não há culto mariano’ na Igreja Anglicana; o culto anglicano é ex-

⁵² COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA O ECUMENISMO E O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO. *op. cit.*, n. 40-46.

⁵³ *Ibidem*, n. 46-49.

clusivamente cristocêntrico e dirigido à Santíssima Trindade. Maria não ocupa um lugar de destaque na liturgia anglicana, tampouco é invocada e honrada nos altares. Maria é reverenciada e reconhecida como Mãe de Deus e, [...] como testemunha de Cristo e referência para a vida dos cristãos”.⁵⁴ Como na tradição católica, mas com expressões diferentes, o culto anglicano é cristocêntrico, com acenos à Virgem Maria, dado que ela é importante e deve ser vista sempre em relação e unida a seu Filho e deve estar ligada à forma de celebração, principalmente a da Eucaristia.

Como já citado, o *Book of common prayer*, surgido nos inícios da Igreja da Inglaterra, não obstante suas várias edições e reformulações posteriores,⁵⁵ menciona, de forma abundante, e não tão discreta como na tradição luterana, a pessoa de Maria. Sendo assim, nesta obra de unidade litúrgica anglicana há várias festas litúrgicas dedicadas à Mãe do Senhor:

- (a) *Purification of Mary the Blessed Virgin* (02 de fevereiro); (b) *Annunciation of Mary* (25 de março); (c) *Visitation of Blessed Virgin Mary* (02 de julho); (d) *Nativity of the Blessed Virgin Mary* (08 de setembro); (e) *Conception of the Blessed*

⁵⁴ Luiz Caetano G. TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 139.

⁵⁵ Sobre o referido livro de orações comuns da tradição anglicana, deve-se levar em conta que a primeira versão é a de 1549, a qual passou por várias reformulações, traduções e adaptações que, de certa forma, se deram de forma livre em concordância com o modo de compreender a Doutrina pelos anglicanos que se baseia da unidade na diversidade. Assim sendo, essas informações sobre Maria, mencionadas na celebração da Missa anglicana, partem do ponto de referência do BOCP de 1662, fruto de uma revisão feita e adotada pela própria Igreja inglesa.

Virgin Mary (08 dezembro). Destas, duas têm próprios para a celebração eucarística (com Coleta, Epístola e Evangelho): *The Presentation of Christi in the Temple, commonly called THE PURIFICATION OF SAINT MARY THE VIRGIN* e *The annunciation of the Blessed Virgin Mary*. Interessante notar que, no calendário, há uma festa menor, dedicada a Santa Ana, mãe da Virgem Maria (16 de julho).⁵⁶

Também convém levar em conta que os *Livros de oração comum* da Igreja Episcopal dos EUA, da qual vieram os primeiros anglicanos ao Brasil, também traduziram o livro ritual para o português que, mesmo reformado em 1789, manteve algumas celebrações de Maria, tais como a da Purificação e da Anunciação de Maria, alterando apenas o nome para Apresentação do Senhor no Templo.⁵⁷ Semelhante reforma também aconteceu no contexto católico com as resoluções do Concílio do Vaticano II que preferiu evidenciar mais o conteúdo da celebração e colocar tal solenidade como uma festa do Senhor.⁵⁸

Finalmente, evidenciamos que, embora Maria não seja chamada de ‘Nossa Senhora’ pelos anglicanos, pois eles se servem da menção ‘Bem-aventurada Virgem Maria’ ou ‘Santa Maria’, eles guardam santuários, ícones, imagens, vitrais e belíssimos hinos dedicados a ela. Contudo, também é preciso recordar que, na maioria dos casos, trata-se de uma atribuição evocativa, a qual não descarta as possibilidades de-

⁵⁶ *Ibidem*, p. 137.

⁵⁷ Cf. *Ibidem*, p. 138.

⁵⁸ Cf. Augusto BERGAMINI, *op. cit.*, p. 238.

vocionais, comuns em algumas expressões da comunhão anglicana. Afinal, elas remetem a Maria como figura especial do testemunho de Cristo e referência para os cristãos de todos os tempos, independentemente de suas formas de expressar a fé.

Considerações Finais

Tendo percorrido este caminho, torna-se possível esclarecer alguns pontos fundamentais da intenção em apresentar Maria como elemento de unidade entre as tradições católica, luterana e anglicana. Esta tarefa, longe de esgotar todo o assunto, representa um passo importante para reconsiderar, inclusive como já fora pedido pelo magistério católico, o papel de Maria na história da salvação que, necessariamente, precisa estar estreitamente vinculado com seu Filho Jesus Cristo.

Através do itinerário teológico e celebrativo que tocam à pessoa de Maria nas diferentes tradições cristãs explicitadas, não obstante às dissensões em torno da mesma e a complexa realidade do diálogo ecumênico neste âmbito, também fica claro que Maria pode ser abordada como elemento de unidade entre as mesmas, haja vista a sua menção também em textos importantes, sobretudo os de natureza eucarística. Para além dos obstáculos, há, como já se tem experimentado, considerações que permitem ao diálogo ecumênico uma abordagem comum, pautada no respeito e no recíproco entendimento entre as tradições.

Assim como foi destacado, o mesmo Espíri-

to que fecundou o ventre da Virgem Maria é Aquele que, hoje, fecunda o seio das comunidades cristãs, sobretudo quando elas resolvem deixar de lado o que as separa em detrimento de uma partilha do que lhes é comum. E aqui está o contributo desta pesquisa que, consciente dos grandes passos que as Igrejas ainda precisam empreender, almeja estimular a busca pela unidade, da qual Maria é exemplo e testemunha pela sua adesão sem reservas ao projeto de Deus para com a humanidade. Os cristãos de agora podem, sem dúvidas, fazer memória de Maria para fazer Memorial de Cristo em suas assembleias litúrgicas; afinal, assim se atesta ao longo da tradição nascida na antiguidade. Esta é uma tarefa complexa, que exige um amadurecimento ainda maior dos líderes e demais fiéis das Igrejas, mas, por outro lado, mostra-se também como um itinerário urgente para que as mesmas possam servir com mais alegria e disposição de coração. Quem sabe, o fato de Maria dirigir-se apressadamente em direção a Isabel, que dela precisava (cf. Lc 1,39), possa ser um apelo para a ‘apressada conversão das Igrejas’ e do entendimento comum de sua fé.

Referências Bibliográficas

BALTHASAR Hans U. Von *et alii*. *O Culto a Maria hoje: subsídio teológico-pastoral elaborado sob a direção de W. Beinert*. São Paulo: Edições Paulinas, 1979.

BERGAMINI, Augusto. *Cristo, Festa da Igreja: o ano litúrgico*. São Paulo: Paulinas, 1994.

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2016 (nova edição, revista e ampliada).

BOFF, Lina. *Como tudo começou com Maria de Nazaré*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA O ECUMENISMO E O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO. *Crescer juntos na Unidade e na Missão*. Brasília: Edições CNBB, 2010.

COMISSÃO INTERNACIONAL ANGLICANO-CATÓLICA ROMANA. *Maria: graça e esperança em Cristo*. São Paulo: Paulinas, 2004.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja. In Documentos do Concílio Vaticano II. 29ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 37-113.

CONCÍLIO VATICANO II. Decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o Ecumenismo. In Documentos do Concílio Vaticano II. 29ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 309-332.

FORTE, Bruno. *Maria, Mulher ícone do mistério*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

GARCÍA PAREDES, José C. R. *Mariologia: síntese bíblica, histórica e sistemática*. São Paulo: Ave Maria, 2011.

GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus e a comunhão dos santos: na história e na escritura controversia e conversão*. Aparecida: Editora Santuário, 2005.

JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Ut Unum Sint*: sobre o empenho ecumênico. *In Encíclicas de João Paulo II*, São Paulo: Paulus, 1997.

LUTERO, Martin. *Magnificat, o louvor de Maria*. Aparecida: Editora Santuário; São Leopoldo: Editora Sinodal, 2015.

MAÇANEIRO, Marcial. O caminho ecumênico: teologia e percursos. *In ALMEIDA, João C; MANZINI, Rosana. MAÇANEIRO, Marcial (orgs.). As janelas do Vaticano II: a Igreja em diálogo com o mundo*. Aparecida: Editora Santuário, 2013.

MURAD, A. *Maria, toda de Deus e tão humana*. São Paulo: Paulinas; Aparecida: Santuário, 2012.

NAPIÓRKOWSKI, S. C. Ecumenismo, *In DE FIORES, Stefano. Dicionário de Mariologia*. São Paulo: Paulus, 1995.

RUIZ DE GOPEGUI, Juan A. Espírito Santo, Eucaristia e unidade eclesial. *In Perspectiva teológica* 30 (1998).

SAMPEL, Edson Luiz (org.). *Principais Documen-*

tos dos papas sobre Nossa Senhora: do beato Pio IX e Francisco. São Paulo: Edições Fons Sapientiae, 2017.

TEIXEIRA, Luiz Caetano G. A Bem-Aventurada Virgem Maria no Anglicanismo. *In Grande Sinal*, revista de espiritualidade 53 (1999).

TEMPORELLI, Clara. *Maria, Mulher de Deus e dos pobres: releitura dos dogmas marianos.* São Paulo: Paulus, 2011.

Fontes Eletrônicas

CARNEIRO, Lêda Ventura. *Diálogo ecumênico sobre Maria: Um estudo teológico sobre a contribuição do Grupo de Dombes em aproximação com a Lumen Gentium (on-line)*, 2019. Disponível em < <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/47088/47088.PDF>>. Acesso em 10 de maio de 2021 (Dissertação de Mestrado em Teologia – PUC, Rio de Janeiro-RJ).

DALFERTH, Silfredo Bernardo. *Hospitalidade Eucarística: subsídios elaborados pelo Seminário Bilateral Misto Católico Romano-Evangélico Luterano.* Disponível em < <https://www.luteranos.com.br/textos/hospitalidade-eucaristica-2>>. Acesso em 17 de maio de 2021.

ECCLESIA. *Católicos e Anglicanos chegam a acor-*

do sobre a figura de Maria. Disponível em <<https://agencia.ecclesia.pt/portal/catolicos-e-anglicanos-chegam-a-acordo-sobre-a-figura-de-maria/>>. Acesso em 15 de maio de 2021.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL. *Livro de Culto, (on line)*, 2020. Disponível em <https://www.luteranos.com.br/conteudo_organizacao/celebracao-liturgia/livro-de-culto-2>. Acesso em 10 de maio de 2021.

LAURENTIN, René. *É impossível ser fiel à Escritura e não levar Maria a sério (on line)*, 2005. Disponível em <http://www.30giorni.it/articoli_id_10037_16.htm>. Acesso em 12 de maio de 2021.

PAULO VI. *Marialis Cultus: para a reta ordenação e desenvolvimento do culto à bem-aventurada Virgem Maria*. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19740202_marialis-cultus.html>. Acesso em: 06 de maio de 2021.

PEDROSO, Carlos Eduardo Garcia. *Maria nas Igrejas: Uma Leitura Ecumênica da Mariologia do Vaticano II (on line)*, 2017. Disponível em <http://www.faculdadedesaobento.com.br/files/pesquisas_26989419-03400026-6933-132018.pdf>. Acesso em 01 de maio de 2021 (Monografia em Teologia – Faculdade São Bento, São Paulo-SP).

PORTAL DOS LUTERANOS. *Hospitalidade Eucarística: 2º Seminário bilateral IECLB – CNBB*. Disponível em <https://www.luteranos.com.br/conteudo_organizacao/igreja-catolica-apostolica-romana-icar/hospitalidade-eucaristica>. Acesso em 17 de maio de 2021.